

TEXTO PARA DISCUSSÃO

Desigualdades estruturais e heterogeneidade da Agricultura Familiar no Brasil a partir do Censo Agropecuário 2017

Bárbara Frizo, Acácio Zuniga Leite, Emily Dionizio, Fernanda Severo, Juliana Miranda, Julio Alves, Patrícia Silva, Virginia Antonioli

ÍNDICE

Destaques	1
Sumário Executivo	2
Introdução: o paradoxo da Agricultura Familiar e a necessidade de um olhar interno	4
Metodologia: uma análise exploratória do Censo Agropecuário 2017	4
Achados preliminares: as múltiplas faces da Agricultura Familiar	5
Discussão: por uma tipologia da Agricultura Familiar brasileira	10
Conclusões e próximos passos	14
Referências	17
Agradecimentos	19
Sobre os Autores	19
Sobre o WRI Brasil	19

Textos para discussão contêm pesquisas, análises, resultados e recomendações preliminares. São publicados para receberem comentários críticos e contribuir para o debate sobre questões emergentes.

Citação sugerida: Frizo, B. L. S.; Zuniga Leite, A.; Dionizio, E. A.; Severo, F. C.; Miranda, J.; Alves, J.; Silva, P.; Antonioli, V. Desigualdades estruturais e heterogeneidade da Agricultura Familiar no Brasil a partir do Censo Agropecuário 2017. Texto para discussão. São Paulo, Brasil: WRI Brasil. 2026. Disponível em: <https://doi.org/10.46830/wriwp.25.00043>

Destaques

- A Agricultura Familiar brasileira, que ocupa cerca de 23% da área agrícola e representa 77% dos estabelecimentos agropecuários do país, é marcada pela heterogeneidade, reunindo realidades produtivas, sociais e territoriais distintas e por desigualdades no acesso à terra, crédito, assistência técnica e inserção produtiva, frequentemente atravessadas por recortes de gênero, raça/cor e região.
- Com base nas informações do Censo Agropecuário 2017 (IBGE), este estudo identifica três perfis da Agricultura Familiar, evidenciando suas características e desigualdades.
- Esses três perfis foram categorizados conforme a região do país, a estrutura fundiária, o acesso à assistência técnica e ao crédito rural, e a produção agropecuária.
- O acesso a recursos produtivos é limitado e desigual: apenas 18,2% dos estabelecimentos recebem assistência técnica, 15,4% acessam crédito rural e 11,5% possuem tratores. O perfil de quem acessa crédito rural varia conforme o sexo: 83% são homens e 17% são mulheres. Mulheres dirigem cerca de 20% dos estabelecimentos da Agricultura Familiar no país, mas no Sul comandam apenas um em cada oito estabelecimentos.
- Embora as políticas públicas tenham incorporado diferentes públicos e sistemas produtivos, entender a combinação entre fatores fundiários, sociodemográficos e territoriais permanece fundamental para qualificar diagnósticos, aprimorar as políticas e fortalecer a produção de alimentos.

Sumário Executivo

Introdução e Contexto

A Agricultura Familiar (AF) é o principal segmento da estrutura agrária brasileira em número de pessoas ocupadas e de estabelecimentos e desempenha papel central na produção de alimentos, na geração de renda e no uso e ocupação do território, segundo os dados mais recentes do Censo Agropecuário de 2017. A Agricultura Familiar representa cerca de 77% dos estabelecimentos agropecuários do país, embora ocupe aproximadamente 23% da área agrícola e responda por proporção semelhante do valor bruto da produção (IBGE, 2019). Entender esses dados é um caminho para se aprofundar na relevância econômica e social do setor, especialmente em relação ao abastecimento alimentar e a diferentes formas de organização territorial e produtiva.

É reconhecido que a Agricultura Familiar é marcada por grande diversidade interna, reunindo unidades produtivas com distintas condições de acesso à terra, aos recursos produtivos e aos mercados (Abramovay, 1992; Schneider; Niederle, 2010; Aquino; Gazolla; Schneider, 2017). Essas diferenças influenciam diretamente as condições de produção e as formas de inserção produtiva dos agricultores familiares. Mas embora políticas públicas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) tenham avançado na incorporação de diferentes públicos e sistemas produtivos, análises agregadas ainda dificultam compreender como fatores fundiários, produtivos, sociodemográficos e territoriais se combinam no interior do setor (Wanderley, 2001; Aquino; Gazolla; Schneider, 2017).

Sobre este estudo

Este estudo realiza uma análise exploratória e integrada da pluralidade da Agricultura Familiar brasileira a partir dos dados do Censo Agropecuário de 2017 em três dimensões: características sociodemográficas e fundiárias, acesso aos meios de produção e participação na produção agropecuária. Ao articular questões estruturais, padrões produtivos e acesso a meios de produção, a análise busca compreender como diferentes condições sociais, regionais e produtivas ajudam a explicar a diversidade presente no setor. O estudo contribui em três frentes: (1) atualiza o diagnóstico da Agricultura Familiar brasileira conforme a base censitária mais robusta e recente disponível; (2) integra dimensões produtivas e estruturais frequentemente analisadas separadamente; e (3) oferece uma interpretação analítica das disparidades presentes no setor.

Embora o Censo constitua a base mais recente disponível para análise da estrutura agrária brasileira, reconhece-se que transformações ocorridas na última década podem ter alterado parte dos padrões observados. Ainda assim, os dados oferecem o retrato mais abrangente disponível sobre a Agricultura Familiar no país e constituem referência fundamental para o desenho e avaliação de políticas públicas.

Achados Principais

Os dados do Censo Agropecuário de 2017 evidenciam condições produtivas e sociais bastante distintas entre regiões e grupos de produtores. As diferenças observadas no acesso a recursos produtivos, nas características sociodemográficas e nas formas de inserção econômica revelam a existência de trajetórias diversas no interior da categoria.

Os resultados revelam diferenças importantes na estrutura fundiária e nas condições de acesso a recursos produtivos segundo características sociodemográficas. As Mulheres dirigem cerca de 20% dos estabelecimentos da Agricultura Familiar e apresentam padrões distintos de acesso aos recursos produtivos. Sua participação varia significativamente entre as regiões, alcançando quase um quarto dos estabelecimentos no Nordeste e apenas cerca de um em cada oito estabelecimentos no Sul.

O acesso a recursos produtivos é limitado no conjunto da AF e apresenta uma distribuição regional bastante diferenciada. Apenas 18,2% dos estabelecimentos recebem assistência técnica, 15,4% acessam crédito rural e 11,5% possuem tratores. O perfil de quem acessa crédito rural varia conforme o sexo: 83% são homens e 17% são mulheres. Também se observam diferenças na distribuição regional do acesso à assistência técnica: entre os estabelecimentos da AF que recebem esse serviço no país, 46% estão no Sul, 24% no Sudeste, 19% no Nordeste, 6% no Norte e 5% no Centro-Oeste.

A participação da Agricultura Familiar na produção agropecuária varia significativamente entre culturas e regiões. Há um predomínio em número de estabelecimentos em diversas cadeias alimentares relevantes para o abastecimento interno, quando comparada à agricultura não-familiar. Entretanto, sua participação no volume e no valor da produção varia significativamente entre culturas e regiões. Enquanto a cebola responde por 58,3% do volume produzido nacionalmente e a banana por 48,5%, culturas como arroz, tomate rasteiro e laranja apresentam participação inferior

a 11% do volume nacional. Esses resultados evidenciam diferentes formas de inserção produtiva e econômica no interior da categoria.

Em conjunto, os resultados evidenciam a diversidade interna da Agricultura Familiar e permitem propor, de forma exploratória, três perfis analíticos, construídos para auxiliar a interpretação das trajetórias históricas, produtivas e territoriais identificadas nos dados.

Conclusões e Recomendações

Os resultados reforçam que a Agricultura Familiar não pode ser compreendida como uma categoria homogênea.

As diferenças observadas entre agricultores, regiões e sistemas produtivos vão além da escala de produção e refletem distintas condições de acesso à terra, crédito, assistência técnica, mecanização e mercados, bem como diferentes trajetórias históricas e territoriais de desenvolvimento rural.

A tipologia proposta contribui para a compreensão de diferentes combinações entre condições estruturais de produção, características sociodemográficas e contextos territoriais. O Perfil 1 reúne estabelecimentos em que as desigualdades históricas relacionadas ao acesso à terra, aos recursos produtivos e às políticas públicas se expressam de forma mais intensa. O Perfil 2 representa contextos nos quais a AF apresenta maior disponibilidade de recursos produtivos e diferentes formas de inserção nas cadeias agropecuárias, resultado de trajetórias regionais marcadas por maior disponibilidade de infraestrutura, organização produtiva e acesso a recursos. Já o Perfil 3 evidencia as especificidades das regiões de fronteira agrícola, onde a expansão recente da agropecuária redefine as formas de inserção da Agricultura Familiar e amplia os desafios relacionados à concentração fundiária, à conservação ambiental e ao fortalecimento da produção de alimentos.

A análise integrada de fatores fundiários, produtivos, sociodemográficos e territoriais contribui para compreender a diversidade interna da Agricultura Familiar e qualificar diagnósticos e políticas públicas. Nesse sentido, o trabalho oferece uma leitura atualizada do Censo Agropecuário de 2017 e um referencial analítico que pode subsidiar pesquisas futuras, o aperfeiçoamento dos diagnósticos sobre a Agricultura Familiar e o desenho e a implementação de políticas públicas mais sensíveis aos diferentes contextos presentes no meio rural brasileiro.

Introdução: o paradoxo da Agricultura Familiar e a necessidade de um olhar interno

A Agricultura Familiar (AF) ocupa posição central no meio rural brasileiro, tanto em termos de presença territorial quanto de relevância social e econômica. O segmento responde pela maior parte dos estabelecimentos agropecuários (77%) e desempenha papel importante na produção de alimentos, na geração de renda (concentra 67% das pessoas ocupadas na agropecuária e gera a renda de 40% da população economicamente ativa), bem como na manutenção de dinâmicas socioculturais no campo (IBGE, 2019; Lima; Silva; Iwata, 2019; Zahaikévitch et al., 2022). Em escala global, agricultores familiares também são reconhecidos como atores-chave para a segurança alimentar e nutricional e para a conservação de recursos naturais, o que motivou iniciativas como a Década das Nações Unidas da Agricultura Familiar (2019–2028) (FAO; IFAD, 2019; Suman et al., 2025).

No Brasil, esse setor conquistou ao longo dos últimos 30 anos uma série de importantes políticas estruturantes voltadas ao seu desenvolvimento rural, ao fortalecimento da produção de alimentos e à promoção da segurança alimentar e nutricional. Embora essas políticas tenham incorporado mecanismos de diferenciação para determinados públicos e contextos, ainda há espaço para aprofundar o conhecimento sobre a diversidade de condições que caracterizam a AF. Nesse contexto, parte da literatura nacional tem evidenciado que a Agricultura Familiar brasileira reúne realidades produtivas, sociais e territoriais bastante distintas, marcadas por desigualdades no acesso a terra, crédito, assistência técnica e inserção produtiva, frequentemente atravessadas por recortes de gênero, raça/cor e região (Schneider; Niederle, 2010; Aquino; Gazolla; Schneider, 2017; Souza; Albuquerque, 2023). Essa diversidade também é caracterizada juridicamente incluindo povos indígenas, comunidades quilombolas, extrativistas e outros grupos tradicionais, cujas especificidades nem sempre são captadas quando a Agricultura Familiar é tratada como categoria única.

O Censo Agropecuário de 2017 oferece uma oportunidade relevante para aprofundar a compreensão sobre a AF, ao disponibilizar informações detalhadas sobre características dos estabelecimentos, perfil sociodemográfico dos produtores e condições de acesso a recursos produtivos em escala nacional. A contribuição deste estudo consiste em articular essas diferentes dimensões em uma mesma análise exploratória baseada no último censo, buscando identificar padrões no interior da categoria.

Diante desse contexto, este estudo parte da seguinte pergunta de pesquisa: de que maneira as desigualdades estruturais internas à Agricultura Familiar se expressam no acesso a recursos produtivos e como essa compreensão pode contribuir para explicar suas diferentes formas de inserção produtiva? Em vez de simplesmente admitir a homogeneidade do setor, o trabalho busca explorar sua diversidade interna a partir de evidências empíricas. O objetivo do estudo é analisar, de forma exploratória, a heterogeneidade da Agricultura Familiar brasileira com base no Censo Agropecuário de 2017, examinando três eixos principais: (1) desigualdades estruturais, com foco em gênero, raça/cor, região e acesso a recursos produtivos; (2) práticas de manejo agrícola; e (3) participação na produção agropecuária em culturas selecionadas. Nessa articulação, o trabalho busca contribuir para o debate nacional sobre a Agricultura Familiar ao oferecer uma leitura integrada das características do setor – que não ignora a realidade desigual brasileira – e ao discutir as implicações dessa leitura para o desenho de políticas públicas mais adequadas à sua diversidade. Além disso, com base nos padrões observados nos resultados, o estudo explora de forma preliminar a proposição de uma tipologia analítica da Agricultura Familiar, como instrumento para organizá-la e interpretá-la internamente.

Metodologia: uma análise exploratória do Censo Agropecuário 2017

A presente pesquisa adota uma abordagem exploratória de caráter empírico, tendo como principal base de dados o Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2019), conduzido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A escolha dessa base justifica-se por sua periodicidade, abrangência e nível de detalhamento, além de constituir a principal fonte de informações sobre a estrutura produtiva agropecuária no Brasil. A categoria específica da AF segue os critérios de classificação do IBGE, com base na Lei nº 11.326/2006 e no Decreto nº 9.064/2017, que consideram o tamanho da propriedade (até quatro módulos fiscais), o predomínio da mão de obra familiar, a gestão do estabelecimento pela família e a vinculação de, no mínimo, metade da renda familiar às atividades do próprio estabelecimento.

As variáveis utilizadas pelo censo foram agrupadas em três eixos analíticos com o objetivo de distinguir fatores estruturais, produtivos e de manejo que influenciam as condições de produção da Agricultura Familiar. Essa organização permite examinar, de forma integrada, de que maneira características socioeconômicas dos produtores, acesso a recursos produtivos e desempenho agropecuário se relacionam no setor.

- Eixo 1 – Caracterização socioeconômica: inclui variáveis relacionadas ao perfil dos produtores, como sexo, raça/cor, região, e ao acesso a crédito e recursos produtivos produtivos, como dados de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). Embora o Censo Agropecuário utilize a variável “sexo do produtor”, ao longo deste trabalho adota-se o termo “gênero” quando a discussão se refere às desigualdades sociais associadas a essa dimensão, mantendo-se a nomenclatura oficial do IBGE nas tabelas e resultados descritivos.
- Eixo 2 – Práticas de manejo: contempla informações sobre estratégias produtivas e uso de insumos, incluindo produção orgânica, uso de adubação (química e orgânica), correção de solo, práticas como rotação de culturas e posse de máquinas agrícolas (especialmente tratores).
- Eixo 3 – Produção agropecuária: reúne variáveis que caracterizam a escala produtiva, como número de estabelecimentos, área plantada/colhida (hectares), volume produzido (toneladas) e valor bruto da produção (R\$), para culturas selecionadas.

Para a análise da produção de alimentos da AF, além do Censo Agropecuário, utilizou-se um recorte a partir da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF 2017–2018), com os principais alimentos *in natura* consumidos *per capita* no Brasil. Assim, foram consideradas as culturas temporárias de arroz, feijão, cebola, tomate e batata; as permanentes de laranja e banana e proteínas animais, com destaque para as carnes bovina, suína, de frango e ovos.

A análise foi conduzida por meio de estatísticas descritivas, com comparações entre as grandes regiões do país. A organização segue uma lógica cumulativa: cada seção explora uma dimensão específica da AF, enquanto a seção final integra esses resultados na construção de uma tipologia analítica.

Os cruzamentos apresentados ao longo do estudo foram definidos em função dos objetivos analíticos de cada eixo e das possibilidades oferecidas pelas tabulações públicas do Censo Agropecuário de 2017. Considerando o caráter exploratório da pesquisa, a estratégia analítica foi organizada em eixos temáticos, nos quais as variáveis foram cruzadas com os recortes considerados mais pertinentes a fim de responder às questões específicas de cada eixo analítico, e não com todas as combinações possíveis entre variáveis.

Na dimensão sociodemográfica, priorizaram-se os recortes de gênero, raça/cor e região, relacionando-os ao acesso à terra, o principal recurso produtivo da atividade agrícola e historicamente desigual no país. Na análise dos meios de produção e das práticas de manejo, o foco recaiu sobre

diferenças relacionadas ao acesso a assistência técnica, crédito, mecanização e insumos, incorporando os recortes de gênero, raça/cor e região com o intuito de buscar evidências sobre as condições de produção. Já na dimensão produtiva, optou-se por enfatizar o recorte regional, trazendo luz à diversidade territorial da Agricultura Familiar na produção agropecuária dos alimentos citados anteriormente e sua inserção nas principais cadeias alimentares. Essa estratégia buscou privilegiar a interpretação dos padrões observados e a comparabilidade entre as dimensões analíticas. Foram realizados os cruzamentos disponíveis nas tabulações públicas do Censo Agropecuário pertinentes aos objetivos do estudo. Entretanto, essas tabulações não permitem combinar simultaneamente todas as dimensões analisadas, o que limita a realização de análises interseccionais mais detalhadas. Tais análises exigiriam o tratamento específico de microdados censitários, procedimento que não integra o escopo deste trabalho. A integração entre essas diferentes dimensões é retomada posteriormente na proposição da tipologia analítica.

Achados preliminares: as múltiplas faces da Agricultura Familiar

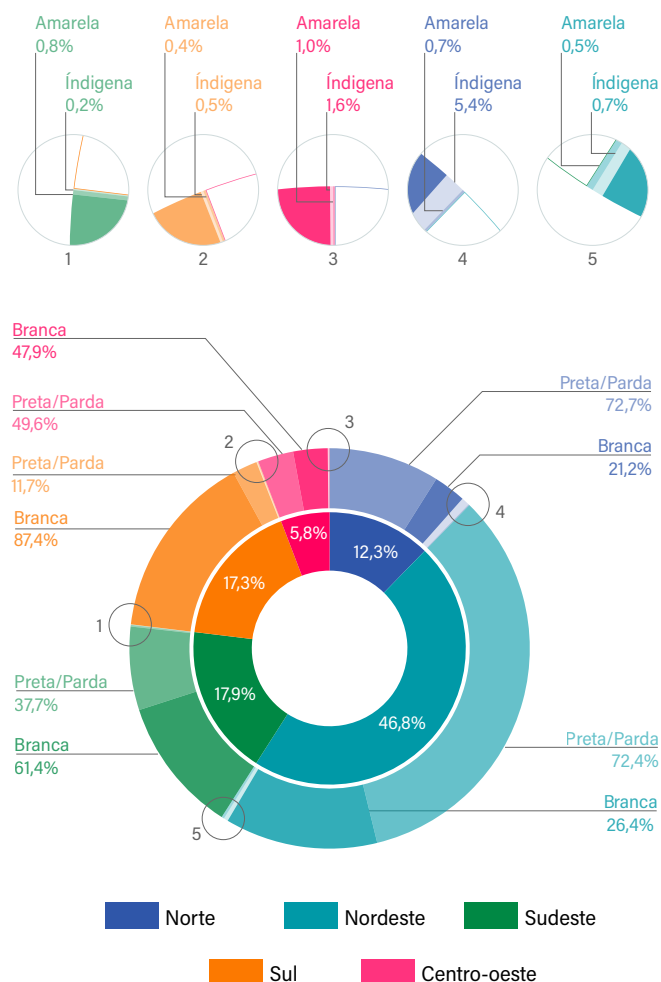
Os resultados discutidos a seguir revelam a complexidade e a diversidade que caracterizam a Agricultura Familiar no Brasil. Longe de constituir um grupo homogêneo, a AF reúne um mosaico de situações e experiências que refletem tanto a diversidade regional do país quanto as desigualdades sociais historicamente presentes no campo. Questões relacionadas à Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), ao uso de insumos, às práticas de adubação e correção de solos, à mecanização e ao crédito rural, embora pareçam estritamente relacionadas ao manejo agrícola, também expressam estruturas sociais. Tais dimensões, quando analisadas em conjunto, oferecem uma fotografia reveladora das condições de produção e das disparidades que organizam a vida de milhões de famílias agricultoras no Brasil.

A terra como fator de desigualdade: gênero, raça e região

Os dados mais conhecidos sobre a Agricultura Familiar a partir do Censo Agropecuário de 2017 referem-se à sua relevância para a agropecuária brasileira: o setor reúne cerca de 3,9 milhões de estabelecimentos, que correspondem a 77% das unidades agropecuárias do país, ocupa aproximadamente 23% da área agrícola nacional e responde por uma proporção semelhante do valor da produção agropecuária (IBGE, 2019). Contudo, uma análise mais detalhada revela que essa categoria abriga importantes discrepâncias internas relacionadas à distribuição da terra e à composição sociodemográfica dos produtores.

A Figura 1 apresenta a distribuição regional da Agricultura Familiar e a composição dos estabelecimentos segundo a raça/cor de quem produz. Observa-se a predominância de agricultores brancos nas regiões Sul e Sudeste, enquanto produtores pretos e pardos representam a maioria dos estabelecimentos no Norte, Nordeste e Centro-Oeste. As categorias indígena e amarela não estão representadas graficamente devido à sua menor participação relativa no conjunto nacional. Ainda assim, sua presença é relevante em determinados territórios, especialmente na região Norte, revelando uma diversidade social a representação agregada adotada nesta análise não capta plenamente.

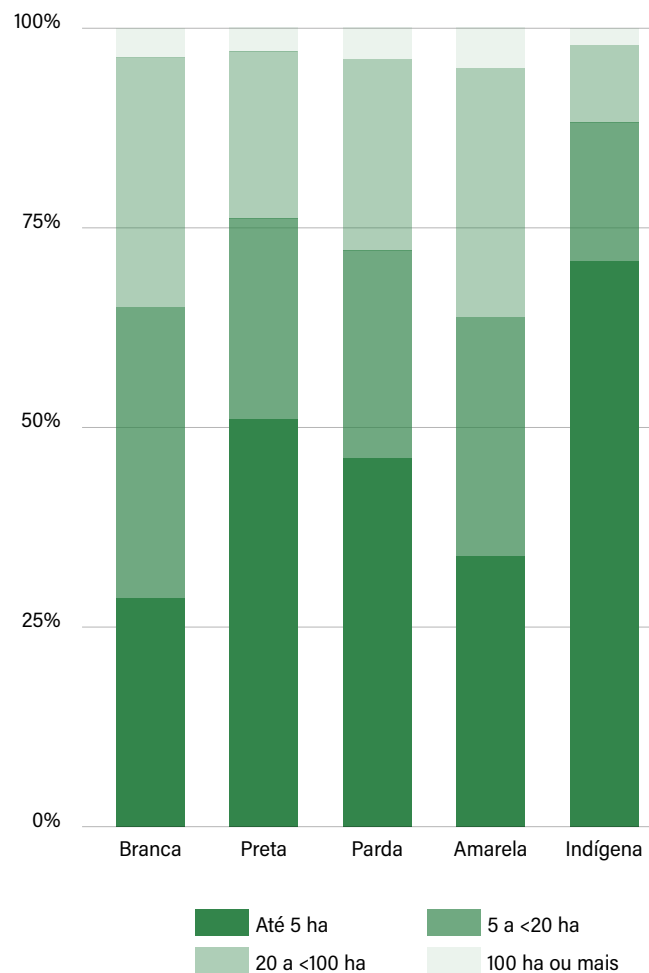
Figura 1 | Distribuição de estabelecimentos da Agricultura Familiar por área, Grandes Regiões e cor/raça de quem produz



Fonte: Elaboração própria, com base no Censo Agropecuário (IBGE, 2019).

A distribuição dos estabelecimentos por classe de área também demonstra diferenças importantes na estrutura fundiária da AF entre os grupos raciais. Observa-se que produtores indígenas (70,8%), pretos (51,0%) e pardos (46,1%) concentram maior proporção de estabelecimentos nas classes de até 5 hectares, enquanto produtores brancos apresentam distribuição relativamente mais equilibrada entre os diferentes estratos fundiários, com maior participação nas classes entre 5 e 20 hectares. Os resultados mostram diferenças na distribuição dos estabelecimentos classe de área e segundo raça/cor do produtor, com maior concentração de pretos, pardos e, sobretudo, indígenas nos menores estratos. Esses padrões devem ser interpretados considerando também

Figura 2 | Distribuição de estabelecimentos da Agricultura Familiar por cor/raça do produtor e classe de área - Brasil (2017)



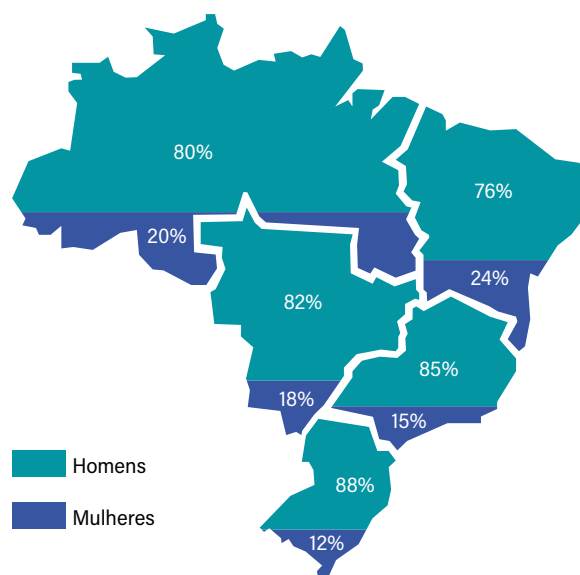
Fonte: Elaboração própria, com base no Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2019).

a distribuição regional dos diferentes grupos raciais, uma vez que a análise nacional não permite isolar o efeito da composição territorial sobre a estrutura fundiária observada. A análise por classes de área decorre das possibilidades das tabulações públicas do Censo Agropecuário de 2017 disponibilizadas pelo Sistema IBGE de Recuperação Automática (Sidra), que permitem o cruzamento de dados de raça/cor com estratos de área, mas limitam análises conjuntas mais detalhadas entre características sociodemográficas, territoriais e extensão dos estabelecimentos. Essa limitação reforça a importância de ampliar esses cruzamentos nas futuras divulgações do Censo Agropecuário.

Optou-se por analisar essa distribuição por classes de área, em vez de utilizar apenas medidas agregadas, por permitir uma caracterização mais consistente da estrutura fundiária da Agricultura Familiar. Essa escolha também decorre das possibilidades e limitações das tabulações públicas do Censo Agropecuário de 2017 disponibilizadas pelo SIDRA/IBGE, que não permitem combinar simultaneamente tipologia da Agricultura Familiar, sexo do produtor, cor ou raça e área total dos estabelecimentos. Essa limitação evidencia a importância de ampliar a disponibilidade de cruzamentos entre variáveis sociodemográficas e produtivas nas futuras divulgações do Censo Agropecuário, fortalecendo análises interseccionais capazes de qualificar um diagnóstico e subsidiar o aprimoramento das políticas públicas voltadas ao setor.

Embora as mulheres representem aproximadamente 20% dos dirigentes da Agricultura Familiar no Brasil, sua participação varia significativamente entre as regiões, alcançando quase um quarto dos estabelecimentos no Nordeste e apenas cerca de um em cada oito estabelecimentos no Sul. Essa variação regional indica que as desigualdades de gênero na Agricultura Familiar assumem configurações territoriais distintas. Estudos sobre o acesso de mulheres rurais a recursos e políticas públicas mostram que essas desigualdades estão relacionadas não apenas ao gênero, mas também às condições socioeconômicas das famílias e aos contextos em que estão inseridas (Fernandes, 2013). Análises recentes do acesso ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) reforçam essa dimensão territorial na medida em que identificam diferenças entre as regiões tanto nas modalidades de crédito quanto nos valores dos financiamentos, ao mesmo tempo em que persistem disparidades entre homens e mulheres (Almeida et al., 2026). Nesse sentido, os padrões regionais observados neste estudo devem ser compreendidos como parte de contextos produtivos e socioeconômicos distintos, que condicionam as oportunidades de acesso das mulheres aos recursos produtivos.

Figura 3 | **Distribuição de estabelecimentos da Agricultura Familiar por Grande Região e gênero (2017)**



Fonte: Elaboração própria, com base no Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2019).

Práticas de manejo e acesso a meios de produção

Os dados do censo apontam restrições e diferenças no acesso a meios de produção e na adoção de práticas de manejo. Apenas 18,2% dos estabelecimentos da AF recebem orientação e assistência técnica de profissional especializado (conforme enunciado da pesquisa), enquanto o acesso à mecanização permanece limitado, com tratores presentes em 11,5% das unidades. No uso de insumos, 33,2% utilizam agrotóxicos, 42,0% realizam adubação e 12,8% adotam práticas de correção de solos. O acesso ao crédito rural alcança 15,4% dos estabelecimentos.

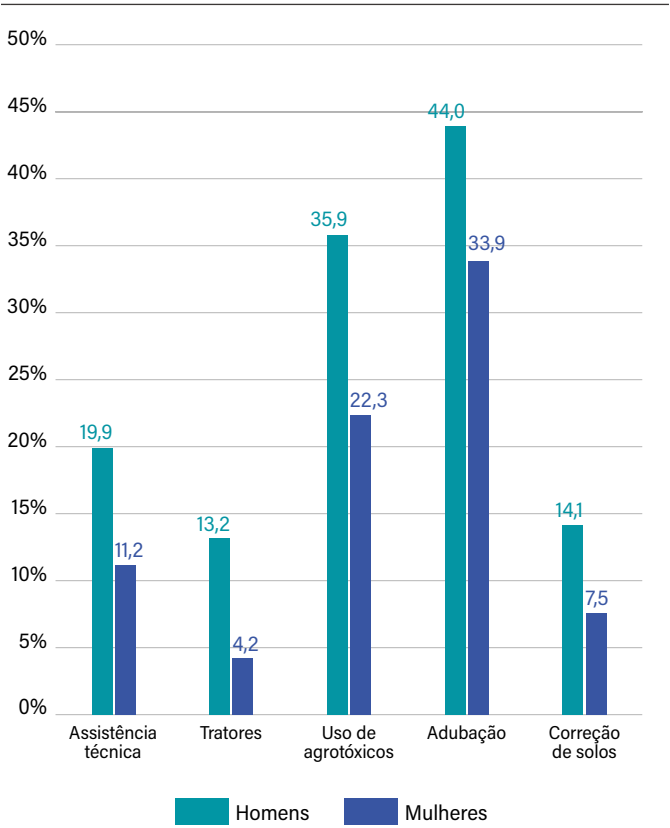
A desagregação dos dados revela diferenças consistentes entre grupos de produtores. Nos estabelecimentos dirigidos por mulheres, 11,2% recebem assistência técnica, 22,3% utilizam agrotóxicos e apenas 4,2% têm acesso a tratores, frente a 19,9%, 35,9% e 13,2%, respectivamente, nas unidades sob direção masculina. Esse padrão também se expressa na menor adoção de práticas que dependem de insumos e suporte técnico, como adubação (44% entre os homens frente a 33,9% entre as mulheres) e correção de solos (14% entre os homens frente a 7,5% entre as mulheres) (Figura 4).

As diferenças observadas entre estabelecimentos dirigidos por homens e mulheres sugerem que as desigualdades de gênero na Agricultura Familiar não se restringem ao acesso à terra, mas também se manifestam no acesso aos meios de produção e às políticas de apoio à atividade agrícola. Entre as mulheres, a menor incidência de assistência técnica, mecanização e adoção de práticas de manejo dependentes de insumos indica a persistência de assimetrias na obtenção de recursos produtivos estratégicos. Essa interpretação é consistente com os resultados de outros estudos que olharam para os dados do Censo Agropecuário, como o de Bergamini e Resende (2025), que sinaliza questões de gênero relevantes na estrutura agrária brasileira, evidenciando que mulheres agricultoras tendem a ocupar posições menos favorecidas em indicadores relacionados a posse da terra, capacidade produtiva e acesso a recursos econômicos. Nesse sentido, as diferenças observadas neste estudo são significativas porque podem influenciar condições de produção, oportunidades de geração de renda e a autonomia econômica das agricultoras, permitindo para a reprodução de estruturas arbitrárias na própria Agricultura Familiar. A interpretação dessas desigualdades deve considerar, contudo, as limitações das tabulações públicas disponíveis, que não permitem cruzar de tipologia e o sexo da direção do estabelecimento com todas as dimensões analisadas, como ocorre no caso do acesso ao crédito rural.

Dados de 2017 apontam que, aproximadamente 708 mil estabelecimentos familiares recebiam orientação técnica especializada, o equivalente a 18,2% do total nacional, enquanto cerca de 601 mil estabelecimentos obtiveram financiamento rural, correspondente a 15,4%. Embora ambos os instrumentos sejam fundamentais para a adoção de tecnologias, ampliação da produtividade e fortalecimento da capacidade de investimento das famílias rurais, suas distribuições regionais eram bastante desiguais. No caso da assistência técnica, a região Sul concentrava cerca de 46% dos estabelecimentos atendidos no país, seguida pelo Sudeste (23,9%), enquanto Norte (6%) e Centro-Oeste (5,2%) apresentavam participações reduzidas. Para o acesso ao financiamento, observa-se uma distribuição menos concentrada, mas ainda marcada por disparidades regionais: Nordeste (38,6%) e Sul (32,5%) reuniam mais de 70% dos estabelecimentos familiares financiados, ao passo que Norte (7,3%) e Centro-Oeste (5,3%) permaneciam com participação limitada (Tabela 1).

Esses padrões reforçam a existência de diferentes condições estruturais de produção no interior da Agricultura Familiar, o que contribui para explicar parte das configurações observadas entre os perfis identificados neste estudo e, também, indica que estratégias uniformes de apoio tendem a responder apenas parcialmente às demandas dos distintos segmentos que compõem o setor.

Figura 4 | Indicadores de acesso a meios de produção e adoção de práticas de manejo na Agricultura Familiar por gênero da direção do estabelecimento – Brasil (2017)



Fonte: Elaboração própria, com base no Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2019).

Tabela 1 | Distribuição de estabelecimentos da Agricultura Familiar que recebem assistência técnica e obtêm crédito rural por Grande Região - Brasil (2017)

REGIÃO	ESTABELECIMENTOS QUE RECEBEM ASSISTÊNCIA TÉCNICA (%)	ESTABELECIMENTOS QUE OBTIVERAM CRÉDITO RURAL (%)
Norte	6	7
Nordeste	19	39
Centro-Oeste	5	5
Sudeste	24	16
Sul	46	33

Fonte: Elaboração própria, com base no Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2019).

Produção agropecuária: participação diferenciada por cultura

Os dados comparativos mostram uma participação heterogênea da Agricultura Familiar nas diferentes culturas analisadas (Tabela 2). Dentre as lavouras temporárias, a cebola se destaca como o principal caso de protagonismo da AF, respondendo por mais da metade do volume e do valor produzidos nacionalmente. Essa participação é fortemente influenciada pela região Sul, responsável por 370 mil toneladas e R\$ 210,6 milhões da produção familiar dessa cultura, enquanto o Centro-Oeste registra apenas 126 toneladas e R\$ 203 mil.

O feijão ocupa posição intermediária, com elevada participação em área e produção. A produção familiar concentra-se principalmente no Nordeste, com destaque para o feijão-fradinho (92 mil toneladas) e o feijão-de-cor (50,7 mil toneladas), e na região Sul, especialmente para o feijão-preto (147,6 mil toneladas).

O arroz tem menor participação relativa em âmbito nacional, mas o Nordeste constitui uma importante exceção, com 157 mil toneladas produzidas pela AF, valor superior às 97,9 mil toneladas produzidas pelos estabelecimentos não familiares na região. Já a produção familiar de batata inglesa concentra-se no Sudeste, com aproximadamente 150 mil toneladas e R\$ 125,8 milhões, o que corresponde a mais de 60% da produção familiar nacional dessa cultura. No tomate rasteiro, a produção familiar destaca-se no Nordeste (70,7 mil toneladas) e, em menor medida, no Sudeste (21,2 mil toneladas) e no Centro-Oeste (10,9 mil toneladas).

Dentre as culturas permanentes, a banana apresenta elevada participação da Agricultura Familiar, próxima à metade do volume e do valor produzidos no país. Os maiores volumes concentram-se no Nordeste (631,6 mil toneladas), no Sul (535,1 mil toneladas) e no Sudeste (501,2 mil toneladas), o que evidencia a ampla inserção da AF nessa cadeia produtiva. Em contraste, a laranja detém participação significativamente menor. Embora a AF produza cerca de 1,1 milhão de toneladas da fruta no país, mais da metade está concentrada no Sudeste (601,8 mil toneladas), região marcada pela predominância de sistemas produtivos empresariais de grande escala.

Em conjunto, os resultados indicam que a participação da Agricultura Familiar varia significativamente mesmo entre os produtos analisados neste estudo. Ainda que todos sejam relevantes para a produção de alimentos e para a economia agrícola brasileira, observam-se diferenças expressivas tanto na participação da AF em cada cadeia produtiva quanto na distribuição territorial dessas atividades. Enquanto o Sul se destaca na produção de arroz, cebola e feijão-preto, o Nordeste concentra a produção de feijão-fradinho e feijão-verde, e o Sudeste registra maior participação na batata e no tomate. Esses resultados deixam claro que a inserção da Agricultura Familiar na produção agropecuária brasileira ocorre de forma diversa, refletindo especializações produtivas e contextos territoriais distintos.

De maneira geral, os dados apontam maior relevância para a produção interna nacional relativa em culturas como cebola, banana e, em menor medida, feijão.

No que se refere à produção animal, nota-se a predominância da AF no número de estabelecimentos: 76% na bovinocultura, 80,6% na suinocultura e 80,1% na produção de frangos e

Tabela 2 | **Participação da Agricultura Familiar na produção de culturas selecionadas: volume, área e valor da produção - Brasil (2017)**

CULTURA	VOLUME (%)	VOLUME PRODUZIDO PELA AF (T)	ÁREA (%)	VALOR (%)	VALOR DA PRODUÇÃO DA AF (R\$)
Banana	48,5	1 milhão e 900 mil	61,0	48,0	1,786 bilhão
Cebola	58,3	467 mil	51,3	52,5	277 milhões
Feijão	23,1	512 mil	48,4	24,9	1,0 bilhão
Laranja	9,0	1 bilhão	18,0	8,0	492 milhões
Tomate rasteiro	9,0	110 mil	16,0	11,0	110 milhões
Batata inglesa	12,0	244 mil	16,0	12,0	212 milhões
Arroz	10,9	1 milhão	15,9	10,6	991 milhões

Fonte: Censo Agropecuário 2017, elaboração dos autores.

ovos. A produção é expressiva, com significativo potencial de competitividade das cadeias de aves, ovos e suínos no cenário nacional frente ao setor produtivo não familiar.

Embora este estudo tenha adotado um recorte específico de culturas baseado na POF 2017-2018, ao privilegiar alimentos relevantes para o consumo da população brasileira, a contribuição econômica da Agricultura Familiar para a agropecuária nacional é consideravelmente mais ampla. Os dados do próprio Censo Agropecuário de 2017 mostram que a Agricultura Familiar responde por mais de 50% do Valor Bruto da Produção (VBP) em 142 produtos agropecuários, incluindo cadeias de elevada importância econômica e territorial. Destacam-se, entre elas, a mandioca, responsável por aproximadamente 80% do VBP nacional da cultura, o leite de vaca (62,8%), o fumo (93,7%), a uva destinada à produção de vinho e suco (75,8%), a alface (62,1%), o abacaxi (68,7%), o morango (79,0%), o cacau (55,1%) e o açaí, tanto de origem extrativista (85,2%) quanto cultivado (78,8%). Esses resultados ressaltam que a relevância econômica da Agricultura Familiar extrapola os alimentos selecionados neste estudo, abrangendo cadeias produtivas estratégicas para o abastecimento interno, a bioeconomia, a horticultura, a fruticultura e os produtos da sociobiodiversidade.

Essa expressiva participação econômica também assume configurações distintas entre as regiões brasileiras. A diversidade produtiva constitui uma das principais características da AF no país e se manifesta de maneira particular em cada região. A literatura aponta que, no Nordeste por exemplo, a Agricultura Familiar possui papel central na produção de alimentos básicos para o abastecimento regional, como mandioca, arroz e feijão, além de forte participação na criação de caprinos, ovinos e suínos. Na região Sul, destaca-se pela inserção em cadeias produtivas, como trigo, soja, fumo e suinocultura, enquanto no Norte mantém relevância na mandioca, na fruticultura e em cultivos adaptados às condições amazônicas. Já no Sudeste e no Centro-Oeste, observa-se importante participação na produção leiteira, na horticultura e na fruticultura voltadas ao abastecimento dos mercados regionais (Aquino; Alves; Vidal, 2020; Lima; Bessa; Salomão, 2024). Essas diferenças evidenciam que a AF não é um segmento homogêneo, mas um conjunto diversificado de sistemas produtivos que respondem às condições ambientais, econômicas e socioculturais de cada território brasileiro.

Essa diversidade produtiva reforça a contribuição da Agricultura Familiar para a segurança alimentar e nutricional. Ao combinar a produção de alimentos básicos com sistemas diversificados de cultivo e criação, os agricultores familiares ampliam a disponibilidade e o acesso a alimentos em diferentes territórios, reduzindo a dependência de cadeias

longas de abastecimento e ampliando a resiliência diante de oscilações de mercado e eventos climáticos extremos. Além disso, a diversificação da produção favorece a conservação da biodiversidade agrícola e a manutenção de variedades adaptadas às condições locais, ao mesmo tempo em que gera emprego, renda e dinamização econômica nas áreas rurais, fortalecendo a coesão social e o desenvolvimento territorial (Brasil, 2006; Aquino; Alves; Vidal, 2020). Nesse sentido, os benefícios da AF para os sistemas alimentares transcendem os volumes produzidos, abrangem também funções sociais, econômicas e ambientais essenciais à sustentabilidade do desenvolvimento rural.

Discussão: por uma tipologia da Agricultura Familiar brasileira

Com base nos padrões identificados nos resultados, esta seção explora, de forma preliminar, a proposição de uma tipologia analítica da AF brasileira como instrumento para organizar e interpretar sua heterogeneidade. A análise dos dados aponta padrões recorrentes de diferenciação interna, associados a recortes de gênero, raça e região, bem como ao acesso a assistência técnica, crédito e mecanização. Sem a pretensão de contemplar toda a diversidade do setor, as tipologias a seguir constituem uma possibilidade interpretativa para orientar análises futuras.

Perfil 1 – Agricultores com menor acesso a recursos produtivos

Este perfil reúne estabelecimentos com menor área média, maior presença relativa nas regiões Norte e Nordeste e menor acesso a crédito, assistência técnica e mecanização. Também se observa, nesse grupo, maior participação de mulheres e de produtores pretos e pardos. No Atlas do Espaço Rural Brasileiro, os municípios com maior presença relativa da Agricultura Familiar de pequena escala concentram-se sobretudo no semiárido nordestino e em áreas da Amazônia Legal (IBGE, 2020), territórios historicamente marcados por restrições de infraestrutura, assistência técnica e acesso aos mercados.

Esses elementos dialogam com evidências da literatura brasileira sobre a concentração de produtores em condições mais restritas de acesso à terra, ao crédito e a outros recursos produtivos (Schneider; Niederle, 2010; Aquino; Gazolla; Schneider, 2017). Embora este estudo não tenha analisado diretamente as estratégias produtivas, os níveis de inserção em mercados ou os padrões de autoconsumo, os resultados sugerem a existência de um conjunto de agricultores cuja inserção produtiva ocorre sob condições estruturais mais restritas, o que pode influenciar suas possibilidades de investimento, adoção de tecnologias e fortalecimento da produção.

O acesso ao crédito é uma dimensão relevante para compreender essas diferenças. Desde sua criação, em 1996, o Pronaf ampliou progressivamente o reconhecimento da diversidade existente na AF, incorporando, ao longo de sua trajetória, linhas de crédito voltadas a diferentes públicos e sistemas produtivos, como assentados da reforma agrária, mulheres, jovens, agroecologia, sistemas florestais, semiárido e, mais recentemente, bioeconomia. Essa evolução demonstra um esforço contínuo de adaptação das políticas públicas às diversas realidades. Os resultados deste estudo sugerem, contudo, que a heterogeneidade da AF também se expressa na combinação entre estrutura fundiária, acesso a recursos produtivos, características sociodemográficas e contextos territoriais. Tais dimensões podem complementar os diagnósticos que orientam a implementação e a focalização das políticas públicas voltadas ao setor.

A diferenciação regional e socioeconômica da Agricultura Familiar discutida por Aquino, Gazolla e Schneider (2017) apresenta convergências com as características que compõem este Perfil 1. Ainda que não haja uma equivalência direta entre as classificações, a comparação contribui para contextualizar os resultados em relação a evidências já consolidadas na literatura. No caso do Nordeste, destacam-se a instabilidade climática do sertão (Wanderley, 2001) e a destinação de áreas de menor qualidade para a AF em função da expansão da grande propriedade (Altafin, 2007). O Perfil 1, analisado a partir do recorte do Censo de 2017, dialoga com a figura do “camponês brasileiro” (Oliveira, 1991; Brumer et al., 1997), historicamente marcado pela precariedade no acesso à terra e por condições de vulnerabilidade jurídica, econômica e social.

A ampla presença de produtores pretos e pardos nesse segmento também remete a processos históricos de longa duração relacionados à formação da estrutura agrária brasileira. Parte dessa trajetória pode ser observada desde a produção de gêneros alimentícios realizada por pessoas escravizadas nos espaços conhecidos como “brecha camponesa”, que permitiam formas limitadas de cultivo para autoconsumo e comercialização local (Altafin, 2007). Após a abolição, muitos ex-escravizados permaneceram vinculados às grandes propriedades na condição de moradores, parceiros ou trabalhadores subordinados, frequentemente sem acesso à propriedade da terra (Graziano da Silva; Kageyama, 1996). Por consequência, a inserção da população negra no meio rural ocorreu historicamente em condições marcadas pela restrição aos principais ativos produtivos. Ao mesmo tempo, consolidaram-se sistemas produtivos voltados ao abastecimento dos mercados locais e à produção de alimentos básicos para o consumo das próprias famílias e das comunidades, característica ainda presente em parte significativa da AF, especialmente nas regiões Norte e Nordeste. Assim, a relevância desse segmento para a segurança

alimentar não decorre apenas do volume produzido, mas também de sua capilaridade territorial, da diversidade de cultivos e da manutenção de sistemas produtivos historicamente vinculados ao abastecimento alimentar local. Bergamini e Resende (2025) dialogam com essa interpretação: embora representem parcela significativa dos estabelecimentos familiares (54,4%), produtores pretos e pardos concentram proporção substancialmente menor da área ocupada pela Agricultura Familiar, representando 72,2% daqueles com propriedades de até 1 hectare e 57,4% com propriedades de 1 a 10 hectares. Assim, as desigualdades observadas não podem ser compreendidas apenas como diferenças individuais de desempenho produtivo, mas também como expressão de processos históricos de exclusão e de acesso desigual à terra e aos meios de produção.

Mesmo em territórios onde são notadas maiores limitações de acesso a terra, crédito, assistência técnica e mecanização, as mulheres desempenham papel fundamental na reprodução social das unidades familiares, na produção de alimentos e na garantia da segurança alimentar dos domicílios rurais. No entanto, essa importância nem sempre se traduz em condições equivalentes ao uso dos meios de produção e de participação nas políticas públicas, revelando a persistência das desigualdades de gênero.

Apesar dos entraves históricos e estruturais, as fontes convergem ao destacar a relevância desse perfil para o abastecimento interno, inclusive o autoconsumo. As formas camponesas estiveram tradicionalmente associadas a essa função (Altafin, 2007). A produção para o autoconsumo é essencial para a reprodução social e alimentar já que garante as dimensões centrais da segurança alimentar e nutricional das famílias (Gazolla; Schneider, 2007). Essa lógica de “jogo permanente entre vender, trocar ou consumir” confere relativa autonomia cultural, social e econômica frente à lógica capitalista (Schneider; Niederle, 2010). Nesse sentido, a produção para autoconsumo não deve ser compreendida como uma característica oposta à inserção mercantil, mas como uma estratégia que pode coexistir, em diferentes intensidades, com a produção destinada ao mercado, contribuindo para a reprodução social e econômica das famílias agricultoras (Gazolla; Schneider, 2007; Schneider; Niederle, 2010).

Em síntese, o Perfil 1 é o segmento mais numeroso (cerca de 60% da AF) e vulnerável da Agricultura Familiar brasileira: agricultores que, apesar de sua importância estratégica para a segurança alimentar e nutricional (Dantas, Souza, Vale, 2025) e para a ocupação territorial, vivem sob constante ameaça de exclusão. Essa vulnerabilidade resulta tanto de uma herança histórica de marginalização (Wanderley, 2014) quanto de políticas públicas que, na prática, privilegiam os estratos mais capitalizados, reproduzindo e aprofundando os desafios no campo (Aquino; Gazolla; Schneider, 2017).

Perfil 2 – Agricultores com maior acesso a recursos produtivos

Este perfil contempla uma realidade mais presente nas regiões Sul e Sudeste, onde se observam maiores níveis de acesso à assistência técnica, alcançando cerca de 31% e 24% dos estabelecimentos familiares, respectivamente, além de maior disponibilidade de crédito rural e maior utilização de insumos agrícolas. Esses dados, embora representem diferenças regionais e não estatísticas calculadas especificamente para o perfil, ajudam a caracterizar um contexto em que a Agricultura Familiar dispõe de condições estruturais mais favoráveis de produção. Em conjunto com a maior presença relativa de produtores brancos apontada na análise nacional, esses elementos permitem diferenciar esse perfil dos demais.

Esses padrões dialogam com a literatura que identifica diferenças regionais na trajetória de desenvolvimento da AF brasileira. Em consonância com o Atlas do Espaço Rural Brasileiro (IBGE, 2020), a região Sul e parte da Sudeste reúnem condições territoriais mais favoráveis ao desenvolvimento da atividade agropecuária, com maior disponibilidade de infraestrutura, serviços, cooperativas e integração das atividades produtivas. Embora este estudo não permita inferir diretamente níveis de capitalização ou de inserção em cadeias agroindustriais, esse referencial indica um padrão de maior acesso à terra, aos recursos produtivos e às políticas públicas nesse conjunto de estabelecimentos.

Esses padrões também são consistentes com a literatura que discute a regionalidade da AF nacional. Aquino, Gazolla e Schneider (2017), por exemplo, mostram que os segmentos de agricultores familiares de maior renda concentram-se nas regiões Sul e Sudeste, refletindo processos históricos distintos de ocupação e distribuição da terra no país. Enquanto o Norte e o Nordeste foram marcados por restrições estruturais, o Sul foi influenciado por projetos de colonização que favoreceram a formação de pequenas propriedades familiares associadas à imigração europeia e ao acesso à terra, o que contribuiu para a consolidação de comunidades camponesas cuja influência permanece na Agricultura Familiar da região até os dias atuais (Brumer et al., 1997; Wanderley, 2001; Schneider; Niederle, 2010). Embora este estudo não utilize a classificação de renda adotada por Aquino, Gazolla e Schneider (2017), esse referencial auxilia para interpretar o contexto histórico e territorial em que o Perfil 2 se insere.

Esse contexto também permite compreender a trajetória das políticas públicas voltadas ao fortalecimento produtivo da AF. Ao longo das últimas décadas, instrumentos como o Pronaf e, posteriormente, o Pronaf Mais Alimentos, voltado ao financiamento de máquinas, equipamentos e infraestrutura produtiva, ampliaram a capacidade de investimento de

parte dos estabelecimentos familiares, especialmente nas regiões onde já existiam melhores condições estruturais para sua adoção. Esse processo de modernização, intensificado desde a década de 1970, transformou profundamente a base técnico-produtiva de parcela da Agricultura Familiar (Kageyama, 1990; Conterato et al., 2007). Os resultados deste estudo convergem com essa literatura ao evidenciarem que os estabelecimentos alinhados ao Perfil 2 dispõem de maior disponibilidade de assistência técnica, crédito, mecanização e outros recursos produtivos. Assim, a tipologia proposta não pretende reproduzir as categorias operacionais das políticas públicas, mas oferecer uma leitura complementar da AF a fim de mostrar que essas trajetórias também são condicionadas por fatores fundiários, sociodemográficos e territoriais.

Nesse perfil, também há um marcador racial e de gênero dada a predominância de produtores brancos e a menor participação das mulheres na direção dos estabelecimentos, cujo padrão está relacionado às particularidades históricas da estrutura agrária e da ocupação do Sul do país. Embora essa região disponha de maior oferta de determinados recursos produtivos, estudos sobre a Agricultura Familiar mostram que persistem desigualdades de gênero no acesso ao crédito e a outros instrumentos de apoio à produção (Fernandes, 2013; Almeida et al., 2026). As melhores condições produtivas observadas nesse perfil não eliminam as desigualdades de gênero e raça, mas assumem configurações distintas daquelas identificadas em outros contextos territoriais.

A principal característica desse perfil não se limita à essa maior disponibilidade de recursos produtivos. Em consonância com a literatura, é possível interpretar esse conjunto de características pela compatibilidade com formas de inserção mais intensas nos mercados, aproximando-se da lógica da “produção simples de mercadorias” descrita por Ploeg (2006), em que a unidade familiar amplia sua dependência de insumos e fatores produtivos adquiridos externamente, preservando a força de trabalho familiar como principal recurso interno (Schneider; Niederle, 2010). Esse processo também leva a uma mudança cultural: a gestão deixa de estar centrada na “arte de produzir” e passa a assumir uma racionalidade empresarial. A terra e o trabalho são concebidos como meios de produção voltados para o máximo rendimento, e a atividade agrícola deixa de ser apenas modo de vida, sua reprodução e de sua família, para se tornar uma profissão (Martins, 1975; Woortmann, 1990; Abramovay, 1992).

Em síntese, o Perfil 2 representa um conjunto de estabelecimentos da AF determinado por melhores condições estruturais de produção, expressas pelo maior acesso à terra, aos recursos produtivos e às políticas de apoio analisadas neste estudo. Observando a literatura, esse padrão é compatível com percursos históricos de maior integração produtiva percebidos

em parte da Agricultura Familiar das regiões Sul e Sudeste, resultado de processos históricos de ocupação do território, modernização agrícola e fortalecimento institucional. A tipologia proposta explicita que essas condições coexistem com disparidades historicamente persistentes, especialmente relacionadas à participação de mulheres e de produtores não brancos, reforçando que as diferentes trajetórias da AF resultam da interação entre fatores fundiários, produtivos, sociodemográficos e territoriais.

Perfil 3 – O Centro-Oeste invisibilizado

A região Centro-Oeste apresenta a menor concentração relativa de estabelecimentos da AF e também a menor participação relativa no valor da produção agropecuária brasileira. Em 2017, esse segmento foi responsável por aproximadamente 11% do valor da produção regional, percentual inferior ao registrado em 1996, quando representava cerca de 16%. Ainda assim, essa redução não foi suficientemente expressiva para indicar o desaparecimento da Agricultura Familiar na região. Ao contrário, demonstra sua permanência mesmo diante da expansão notória do agronegócio (Guanziroli; Di Sabbato; Buainain, 2020).

As transformações observadas nesse período estão mais relacionadas, portanto, às mudanças em seu perfil produtivo. Segundo Pires (2024), a AF centro-oestina passou por um processo crescente de especialização em commodities, acompanhando a dinâmica produtiva predominante na região. Embora participem das cadeias produtivas de commodities, esses agricultores continuam enfrentando maiores restrições de acesso à assistência técnica, infraestrutura, tecnologia e crédito (Pires, 2024). A pecuária é uma das principais atividades produtivas da região. Em 2017, aproximadamente 67,8% dos estabelecimentos agropecuários do Centro-Oeste estavam vinculados à atividade pecuária, com destaque para Mato Grosso e Mato Grosso do Sul que respondiam conjuntamente cerca de um quarto do rebanho nacional (IBGE, 2020a).

Essas transformações também se refletem na distribuição espacial da AF brasileira. Conforme apontado por Valadares (2022), observa-se, ao longo das últimas décadas, um deslocamento da Agricultura Familiar de pequeno porte, historicamente aglutinado nas regiões Sul e Nordeste, para estabelecimentos de maior dimensão localizados nas regiões Norte e Centro-Oeste. Segundo o Atlas do Espaço Rural Brasileiro, a AF centro-oestina possui a menor participação relativa em número de estabelecimentos do país, mas reúne as maiores áreas. Em 2017, cerca de 10% dos estabelecimentos familiares possuíam mais de 500 hectares, e apenas 2,4% do total de estabelecimentos agropecuários da região acumulavam mais da metade da área total ocupada, o que deixa clara a elevada concentração fundiária característica do Centro-Oeste (IBGE, 2020a).

Esse perfil é resultado de processos históricos, econômicos e políticos que moldaram a ocupação e o desenvolvimento da região ao longo do século XX. A partir das décadas de 1960 e 1970, o Centro-Oeste tornou-se alvo de políticas de integração territorial e de modernização, impulsionadas pela expansão das fronteiras agrícolas, pela construção de Brasília, pela abertura de rodovias, pela oferta de crédito subsidiado e pelo desenvolvimento de tecnologias adaptadas ao Cerrado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Associado à difusão do pacote tecnológico da Revolução Verde, esse processo promoveu profundas transformações na estrutura produtiva local, consolidando um modelo agrícola fortemente orientado à produção de commodities (Pires, 2024).

Além disso, Missio e Rivas (2019) destacam que, diante da necessidade de ampliar a geração de divisas externas, o Brasil passou a incentivar as exportações de commodities, o que reforçou a especialização na produção de soja, milho e pecuária bovina. Nesse contexto, a partir do final da década de 1970 o Centro-Oeste consolidou-se como importante agroexportadora do país (Missio; Rivas, 2019).

Vale ressaltar, no entanto, que a Agricultura Familiar do Centro-Oeste não é homogênea e, historicamente, grupos tradicionais como povos indígenas, comunidades quilombolas, ribeirinhos, extrativistas, poçeiros, etc., resistem ao avanço da especialização produtiva, mantendo sistemas agrícolas diversificados, que promovem a conservação ambiental e a reprodução de modos de vida tradicionais. As áreas incorporadas ao processo de ocupação e expansão econômica do Centro-Oeste não estavam desocupadas nem eram terras disponíveis. De acordo com o Programa Monitoramento de Áreas Protegidas do Instituto Socioambiental, atualmente, a região Centro-Oeste reúne 16.094.492 hectares de terras indígenas demarcadas, distribuídas entre 65 povos, a maior parte deles no Mato Grosso do Sul (ISA, 2024). Essa referência é importante não apenas por sua relevância histórica, cultural e social, mas também porque esses territórios desempenham papel fundamental na conservação ambiental e no uso sustentável dos recursos naturais. Diversos estudos e dados demonstram que as terras indígenas são mais biodiversas devido ao uso sustentável dos recursos naturais, com sistemas produtivos adaptados aos ciclos ecológicos que vão de encontro ao sistema dominante de produção do Centro-Oeste (FAO, 2021).

Além disso, outras populações tradicionais resistem ao avanço dos modos de produção predatórios da agricultura e da pecuária da região. Um deles é o povo quilombola Kalunga, que ocupa aproximadamente 262 mil hectares na Chapada dos Veadeiros, entre os estados de Goiás e Tocantins, considerado o maior território quilombola reconhecido do Brasil (Moreira, 2024).

Síntese analítica da heterogeneidade estrutural da Agricultura Familiar

Os resultados apresentados ao longo deste estudo permitem identificar padrões recorrentes de organização da Agricultura Familiar brasileira, sumarizados na Tabela 6. Os perfis propostos constituem uma representação analítica construída a partir da integração das diferentes dimensões exploradas nas seções anteriores — características sociodemográficas, estrutura fundiária, acesso aos meios de produção, práticas de manejo e perfil produtivo. Portanto, não correspondem a uma classificação estatística dos estabelecimentos, mas a tipos ideais elaborados para sintetizar tendências predominantes observadas nos dados, reconhecendo a existência de diversidade e de situações intermediárias que não são integralmente captadas por essa representação.

Por essa razão, a tabela 3 apresenta uma síntese qualitativa das principais características associadas a cada perfil, enquanto os indicadores quantitativos são discutidos ao longo do texto. Essa opção decorre do fato de que os Perfis 1 e 2 reúnem características predominantes de mais de uma grande região brasileira, o que impossibilita a atribuição de valores únicos para determinadas variáveis, como área média, acesso à assistência técnica ou ao crédito, sem sem incorrer em simplificações indevidas. Dessa forma, os dados regionais são apresentados nas seções analíticas correspondentes, o que esclarece tanto as diferenças entre as regiões que compõem cada perfil quanto a diversidade existente no interior de cada um deles.

Os resultados deste estudo também dialogam com Santos e Vieira Filho (2012), que identificam as diferenças estruturais entre produtores e regiões como uma característica central da agricultura brasileira. Com base nos dados do Censo Agropecuário de 2006, os autores mostram que diferenças no acesso à terra, ao crédito, à assistência técnica, à tecnologia e aos mercados estão associadas a trajetórias produtivas distintas.

Mais de uma década depois, os dados do Censo Agropecuário de 2017 indicam a permanência de muitos desses padrões. As assimetrias observadas entre homens e mulheres, entre produtores brancos, pretos e pardos, bem como entre regiões do país, continuam associadas a diferenças no acesso a recursos produtivos e oportunidades econômicas. Nesse sentido, os achados deste estudo atualizam empiricamente o debate sobre heterogeneidade agrícola, demonstrando que parte dos mecanismos identificados na literatura permanece relevante para compreender a diversidade interna da AF brasileira.

A tipologia proposta neste estudo não deve ser interpretada como uma classificação rígida dos agricultores familiares brasileiros, mas como instrumento analítico a fim de compreender diferentes expressões observadas na Agricultura Familiar. Os três perfis sintetizam combinações distintas de oportunidades relacionadas a terra, crédito, assistência técnica, mecanização, inserção produtiva e características sociodemográficas, refletindo percursos históricos e territoriais diversos. Enquanto o Perfil 1 reúne agricultores em condições de maior vulnerabilidade estrutural, o Perfil 2 representa segmentos mais integrados aos mercados e às políticas produtivas, e o Perfil 3 exhibe especificidades das regiões de fronteira agrícola e das dinâmicas produtivas do Centro-Oeste.

Em conjunto, os perfis reforçam que a AF não constitui uma categoria homogênea. A persistência de desigualdades associadas a gênero, raça/cor, região e acesso a recursos produtivos expressa a importância de abordagens analíticas capazes de integrar essas diferentes dimensões na compreensão da diversidade do setor. Os marcadores de gênero, raça/cor e território, embora analisados separadamente, não operam de forma isolada. A literatura indica que a articulação entre marcadores sociais pode produzir condições distintas de acesso à terra, aos recursos e às políticas públicas, o que reforça a importância de abordagens interseccionais na análise das desigualdades no meio rural (Martins; Souza, 2024).

Tabela 3 | Síntese dos perfis propostos para interpretação da heterogeneidade da Agricultura Familiar brasileira

CARACTERÍSTICA	PERFIL 1	PERFIL 2	PERFIL 3
Região predominante	Norte e Nordeste	Sul e Sudeste	Centro-Oeste
Estrutura fundiária	Predominância de estabelecimentos menores e menor acesso à terra	Estabelecimentos relativamente maiores e maior acesso à terra	Estrutura fundiária intermediária
Acesso aos meios de produção	Menor acesso a assistência técnica, crédito, mecanização e insumos	Maior acesso a assistência técnica, crédito, mecanização e tecnologias	Níveis intermediários de acesso aos meios de produção
Contexto territorial e produtivo	Produção diversificada voltada ao abastecimento local e regional	Maior integração às cadeias agroindustriais e aos mercados	Inserção em regiões de expansão agropecuária, sob crescente pressão da especialização produtiva

Fonte: Elaboração própria.

Ao atualizar, com base nos dados do Censo Agropecuário de 2017, discussões anteriormente identificadas na literatura sobre diversidade agrícola, a tipologia soma-se para qualificar o debate sobre desenvolvimento rural, segurança alimentar, adaptação climática e acesso a políticas públicas, oferecendo uma base exploratória para futuras análises sobre a Agricultura Familiar brasileira.

Conclusões e próximos passos

Este trabalho é a etapa inicial de uma investigação mais ampla sobre a AF no Brasil, a partir da análise do Censo Agropecuário de 2017 e sua integração com outras bases de dados. O objetivo é contribuir com o debate nacional acerca desse recorte significativo da sociedade, bem como subsidiar diagnósticos e políticas públicas mais sensíveis às diferentes realidades territoriais, produtivas e sociodemográficas que compõem o setor. Os resultados devem ser entendidos como achados preliminares, que oferecem pistas relevantes, mas que ainda demandam aprofundamento metodológico e empírico.

A análise permite avançar na compreensão sobre o paradoxo inicial da AF: a coexistência entre sua expressiva presença entre os estabelecimentos agropecuários, sua relevância para a produção de alimentos e as profundas desigualdades internas que caracterizam o setor. Os resultados indicam que essa aparente contradição reflete a diversidade de condições produtivas, sociais e territoriais existentes no setor, que reúne desde agricultores com maior integração aos mercados e acesso a recursos produtivos até grupos que enfrentam restrições estruturais persistentes. Nesse sentido, a Agricultura Familiar deve ser compreendida como categoria heterogênea, marcada por diferentes trajetórias de desenvolvimento e oportunidades de inserção econômica. A análise demonstra atravessamentos por fatores territoriais, raciais e de gênero, que influenciam de forma combinada o acesso à terra, aos recursos produtivos, às políticas públicas e às oportunidades de inserção econômica dos agricultores familiares. Esses resultados também apontam que a heterogeneidade da AF pode ser melhor incorporada às políticas públicas na medida em que dimensões territoriais, produtivas e sociodemográficas são consideradas de forma integrada, em vez de analisadas isoladamente. A tipologia exploratória proposta sugere que os perfis de agricultores enfrentam desafios distintos, portanto, podem demandar combinações diferenciadas de instrumentos de políticas públicas.

Ainda, estes resultados devem ser interpretados à luz da evolução das políticas públicas voltadas à Agricultura Familiar. Nas últimas duas décadas, instrumentos como o Pronaf passaram a incorporar linhas específicas para diferentes públicos e estratégias produtivas, como o Pronaf Mulher (2003), o Pronaf Jovem (2004), o Pronaf Agroecologia (2005) e, mais

recentemente, a reformulação do Pronaf Eco para o atual Pronaf Bioeconomia (2024), reconhecendo parte da diversidade existente no setor. Apesar desses avanços, o Censo Agropecuário de 2017 aponta que persistem agudas desigualdades relacionadas ao acesso à terra, ao crédito, à assistência técnica e aos demais meios de produção, distribuídas de forma distinta entre regiões, grupos raciais e gênero. Nesse contexto, a tipologia exploratória não busca substituir as categorias já adotadas pelas políticas públicas, mas acrescentar uma compreensão integrada das diferentes dimensões que estruturam a heterogeneidade da AF e oferecer subsídios para o aprimoramento de diagnósticos, da implementação e do monitoramento das políticas públicas voltadas ao setor.

É importante ressaltar que os perfis apresentados constituem tipos analíticos construídos a partir de padrões recorrentes observados nos dados e na literatura, não correspondendo a categorias rígidas ou mutuamente exclusivas. Assim, a existência de agricultores familiares em situação de vulnerabilidade no Sul ou de segmentos altamente capitalizados no Nordeste não contradiz a tipologia proposta, mas reforça a diversidade e as nuances que caracterizam a Agricultura Familiar brasileira. Da mesma forma, os padrões observados nos recortes de gênero e raça/cor neste estudo não se restringem a um perfil específico, manifestando-se de formas diversas em todo o território nacional. Mesmo em contextos de maior acesso a recursos produtivos e integração aos mercados, persistem barreiras relacionadas à participação das mulheres, ao acesso à terra, à sucessão rural e à distribuição de oportunidades entre grupos raciais. Políticas voltadas à promoção da equidade de gênero e raça podem ser fortalecidas ao incorporar, de forma transversal, as várias realidades territoriais, produtivas e sociodemográficas, admitindo que se manifestam de maneira distinta entre os perfis da AF.

Diante dessas constatações, torna-se evidente a necessidade de aprofundar a pesquisa, tanto para subsidiar decisões de política pública quanto para refinar a própria categoria analítica de Agricultura Familiar. A seguir, são apresentados alguns caminhos promissores.

Os resultados deste trabalho também apontam para uma agenda de pesquisa capaz de aprofundar e validar os padrões identificados. Um primeiro caminho consiste em aprimorar as tipologias de produtores por meio de análises estatísticas mais sofisticadas, como técnicas de agrupamento, capazes de testar empiricamente a consistência dos perfis aqui propostos, identificar novos agrupamentos e mensurar a relevância relativa das variáveis na diferenciação da Agricultura Familiar. Esse avanço permitiria maior robustez estatística à tipologia analítica apresentada e ampliaria seu potencial de aplicação em diagnósticos e políticas públicas.

Da mesma forma, torna-se relevante avançar na compreensão da relação entre os perfis e o desempenho produtivo dos estabelecimentos, incorporando indicadores como produção por hectare e controlando fatores relacionados ao tipo de cultura, acesso a terra, tecnologias, crédito, assistência técnica e demais insumos produtivos. Essa abordagem possibilitaria compreender em que medida as desigualdades observadas decorrem de restrições estruturais ou de diferenças nos sistemas produtivos, favorecendo o desenho de políticas públicas mais aderentes às necessidades de cada segmento da Agricultura Familiar.

Outro passo promissor é a integração do Censo Agropecuário com bases de dados ambientais, especialmente o Sistema de Cadastro Ambiental Rural (SiCAR). Essa articulação permitiria incorporar informações sobre adesão ao Cadastro Ambiental Rural, uso e cobertura da terra, regularização ambiental e conservação da vegetação nativa, ampliando a caracterização dos perfis de AF identificados neste estudo. Em especial, uma análise complementar da adesão, ou não, da Agricultura Familiar ao SiCAR pode contribuir para compreender como esse instrumento tem sido incorporado pelos diferentes segmentos e territórios, o que pode permitir investigar se persistem padrões desiguais no acesso à regularização ambiental e aos instrumentos de políticas públicas a ela associados. Além de qualificar a caracterização dos perfis propostos, a integração dessas bases possibilitaria analisar de forma mais abrangente as relações entre estrutura fundiária, produção, gestão ambiental e acesso às políticas públicas, oferecendo subsídios para estratégias territorializadas de regularização ambiental, restauração produtiva e adaptação às mudanças climáticas.

Ainda, torna-se relevante discutir as lacunas de informação deixadas pelo Censo Agropecuário de 2017. Por constituir a principal fonte de informações sobre a estrutura agrária brasileira, o instrumento é essencial para compreender as transformações da AF ao longo do tempo. As mudanças promovidas no questionário da edição de 2017 em relação ao levantamento anterior implicaram a descontinuidade da coleta de algumas informações relevantes para caracterizar a diversidade desse segmento, como a pluriatividade — entendida

como a combinação de atividades agrícolas e não agrícolas na composição da renda familiar —, a participação em programas públicos, a comercialização por meio de mercados institucionais, cooperativas e outras formas de organização coletiva. Essas informações permitem o entendimento não apenas sobre como as famílias produzem, mas também sobre como organizam seus meios de vida, diversificam suas fontes de renda, acessam políticas públicas e constroem estratégias de permanência no meio rural (Mitidiero Júnior, 2022; Teixeira, 2019; Aquino; Alves; Vidal, 2020). Este estudo demonstra que os dados atualmente disponíveis continuam identificando importantes padrões de estruturais, mas também deixa claro o potencial analítico de variáveis que integraram levantamentos anteriores e que poderiam ampliar a compreensão das múltiplas formas de organização, produção e reprodução social presentes no meio rural brasileiro.

O momento de preparação da próxima edição do Censo Agropecuário representa uma oportunidade para fortalecer esse patrimônio estatístico nacional, tendo em vista a preservação de sua comparabilidade histórica e a ampliação de sua capacidade de captar a diversidade da AF brasileira. Mais do que subsidiar estudos acadêmicos, um conjunto de informações mais abrangente pode qualificar o monitoramento das transformações no meio rural e oferecer bases mais consistentes para a formulação, implementação e avaliação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural.

Os resultados reforçam que compreender a Agricultura Familiar brasileira exige reconhecer simultaneamente sua unidade como categoria de política pública e sua diversidade como realidade social, produtiva e territorial. Para além de propor uma nova classificação, este estudo buscou apontar padrões estruturais que atravessam diferentes segmentos da AF e que, quando analisados de forma integrada, ampliam a compreensão das desigualdades e potencialidades presentes no setor. Espera-se que essa abordagem contribua para o aperfeiçoamento de diagnósticos, para o desenvolvimento de novas agendas de pesquisa e para o fortalecimento de políticas públicas capazes de incorporar, de maneira mais articulada, as diversas dimensões que caracterizam a Agricultura Familiar brasileira.

Referências

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec, 1992.

ALMEIDA, Tamara Rayele Feitosa; MACHADO, Daniel de Souza; FERNANDES, Alice Munz; BELARMINO, Luiz Clovis; GEIGER, Manuela Dutra. Quem acessa o crédito? Uma análise das desigualdades de gênero no Pronaf (2015–2024). **Cadernos de Estudos Interdisciplinares**, v. 8, n. 2, e822639, 2026. <https://doi.org/10.5281/zenodo.20525251>.

ALTAFIN, I. **Reflexões sobre o conceito de Agricultura Familiar**. Brasília: CDS/UnB, 2007.

AQUINO, J. R. de; GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. Dualismo no campo e desigualdades internas na Agricultura Familiar brasileira. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 22, n. 3, p. 123-142, set./dez. 2017.

AQUINO, Joacir Rufino de; ALVES, Maria Odete; VIDAL, Maria de Fátima. **Agricultura familiar no Nordeste: um retrato atualizado a partir dos dados do Censo Agropecuário 2017**. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 51, suplemento especial, p. 31-54, 2020.

BERGAMINI, José; RESENDE, Amanda Martinho. Aspectos regionais, raciais e de gênero da desigualdade entre agricultura familiar e não familiar. São Paulo: Made – Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades, 2025. **Nota de Política Econômica**, n. 65.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da União: seção 1**, Brasília, DF, 25 jul. 2006. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm.

BRASIL. **Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006**. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 18 set. 2006.

BRUMER, A. et al. A exploração familiar no Brasil. In: LAMARCHE, H. (Coord.). **Agricultura Familiar: comparação internacional**. Campinas: Editora da Unicamp, 1997. p. 179-234.

CONTERATO, M. A. et al. A dinâmica agrícola do desenvolvimento da Agricultura Familiar no Alto Uruguai, Rio Grande do Sul: suas metamorfoses e reações locais. In: TONNEAU, J. P.; SABOURIN, E. (orgs.). **Agricultura Familiar: interações entre políticas públicas e dinâmicas locais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

DANTAS, N. M.; SOUZA, C. V. S. de; VALE, D. Contribuição da Agricultura Familiar para a segurança alimentar e nutricional: evidências a partir da diversidade de alimentos de origem vegetal. **Segurança Alimentar e Nutricional**, [S. l.], v. 31, 2025. <http://dx.doi.org/10.20396/san.v31i00.8677254>.

FERNANDES, Sirlei Aparecida. Entraves para inclusão de gênero nas políticas de crédito no meio rural. **Revista Grifos**, v. 22, n. 34/35, p. 157-175, 2013. <https://doi.org/10.22295/grifos.v22i34/35.1624>.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO); INTERNATIONAL FUND FOR AGRICULTURAL DEVELOPMENT (IFAD). **United Nations Decade of Family Farming 2019–2028: global action plan**. Rome: FAO, 2019.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). **Indigenous Peoples' food systems: insights of sustainability and resilience from the front line of climate change**. Rome: FAO, 2021.

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. A produção da autonomia: os "papéis" do autoconsumo na reprodução social dos agricultores familiares. **Estudos Sociedade e Agricultura**, [S. l.], v. 15, n. 1, p. 89-122, 2007.

GRAZIANO DA SILVA, J.; KAGEYAMA, A. Do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: GRAZIANO DA SILVA, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: UNICAMP/IE, 1996. p. 1-40.

GUANZIROLI, Carlos Enrique; DI SABBATO, Alberto; BUAINAIN, Antônio Márcio. Evolução da agricultura familiar no Brasil (1996-2017). In: VIEIRA FILHO, José Eustáquio Ribeiro; GASQUES, José Garcia (org.). **Uma jornada pelos contrastes do Brasil: cem anos do Censo Agropecuário**. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2020. p. 191-203. DOI: 10.38116/978-65-5635-011-0/cap13.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário 2017: Agricultura Familiar**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/pdf/agricultura_familiar.pdf.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Atlas do Espaço Rural Brasileiro**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020a. https://www.ibge.gov.br/apps/atlasrural/pdfs/02_00_Texto.pdf.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa de orçamentos familiares 2017-2018: análise do consumo alimentar pessoal no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020b. <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101670.pdf>.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). **Programa Monitoramento de Áreas Protegidas. SisArp (Sistema de Áreas Protegidas): Brasil**. São Paulo: Instituto Socioambiental, ago. 2024. <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/brasil>.

KAGEYAMA, A. (Coord.). O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: DELGADO, G. C.; GASQUES, J. G.; VILLAYERDE, C. M. (Orgs.). **Agricultura e políticas públicas**. Rio de Janeiro: IPEA, 1990.

LIMA, A. F.; SILVA, E. G. de A.; IWATA, B. de F. Agriculturas e Agricultura Familiar no Brasil: uma revisão de literatura. **Revista Retratos de Assentamentos**, [S. l.], v. 22, n. 1, p. 88-154, 2019. <https://doi.org/10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2019.v22i1.332>.

LIMA, João Pedro Ferraz; BESSA, Ryan Rodrigues; SALOMÃO, Pedro Emílio Amador. **A importância da agricultura familiar para a segurança alimentar**. Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v. 9, 2024.

MARTINS, J. S. **Capitalismo e tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária do Brasil**. São Paulo: Pioneira, 1975.

MARTINS, Viviane; SOUZA, Paulo Marcelo de. Gênero e raça na política agrária. **Perspectivas em Políticas Públicas**, v. 17, n. 32, 2024. <https://doi.org/10.36704/ppp.v17i32.7963>.

MISSIO, Fabrício; RIVAS, Rozimare. Aspectos da formação econômica de Mato Grosso do Sul. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 49, n. 3, p. 601-632, 2019.

MITIDIERO JÚNIOR, M. A. **Censo Agropecuário 2017: o que revela o censo do golpe?** Marília: Lutas Anticapital, 2022.

MOREIRA, Jorgeanny de Fátima R. Mulheres, território e cultura: a produção de alimentos nas Comunidades Quilombolas Kalunga de Monte Alegre de Goiás. In: SILVA, José Natan Gonçalves da; OLIVEIRA, Débora Paula de Andrade; MENEZES, Sônia de Souza Mendonça (org.). **Territórios alimentares do Brasil: tecendo o diálogo entre a produção, a circulação e o consumo**. 1. ed. Aracaju: Criação Editora, 2024. p. [115-136]. E-book. ISBN 978-85-8413-492-2.

OLIVEIRA, A. U. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

PIRES, Murilo José de Souza. **A dinâmica das estruturas da agricultura familiar na região Centro-Oeste: uma análise regional por meio de indicadores de localização e especialização**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2024. (Texto para Discussão, n. 2991). <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/13718>.

PLOEG, J. D. van der. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, S. (org.). **A diversidade da Agricultura Familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2006. p. 13-56.

SANTOS, Gesmar Rosa dos; VIEIRA FILHO, José Eustáquio Ribeiro. **Heterogeneidade produtiva na agricultura brasileira: elementos estruturais e dinâmicos da trajetória produtiva recente**. Rio de Janeiro: Ipea, 2012. (Texto para Discussão, n. 1740).

SCHNEIDER, S.; NIEDERLE, P. A. Agricultura Familiar e teoria social: a diversidade das formas familiares de produção na agricultura. In: **Savanas: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais**. [S. l.: s. n.], [2010?].

SOUZA, P.; ALBUQUERQUE, A. de. **Agricultura Familiar brasileira: desigualdades no acesso ao crédito**. Rio de Janeiro: Climate Policy Initiative, 2023. <https://www.climatepolicyinitiative.org/wp-content/uploads/2023/11/Agricultura-Familiar-Brasileira.pdf>.

TEIXEIRA, Gerson. O Censo Agropecuário 2017. **Revista NECAT – Revista do Núcleo de Estudos de Economia Catarinense**, Florianópolis, v. 8, n. 15/16, p. 8-39, 2019.

VALADARES, Alexandre Arbex. Agricultura familiar (AF) no Brasil: um panorama da produção, do perfil e dos sinais de mudanças entre os censos agropecuários de 2006 e 2017. In: AQUINO, Joacir Rufino de; NASCIMENTO, Carlos Alves do (org.). **Agricultura e diversidades: trajetórias, desafios regionais e políticas públicas no Brasil**. Brasília: Ipea, 2022. p. 99-176. <https://www.climatepolicyinitiative.org/pt-br/publication/agricultura-familiar-brasileira-desigualdades-no-acesso-ao-credito/>.

SUMAN, S. et al. Global research trends in family farming: a bibliometric insight. **Indian Journal of Extension Education**, [S. l.], v. 61, n. 1, p. 25-31, 2025. <https://doi.org/10.48165/IJEE.2025.61105>.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. (org.). **Agricultura Familiar: realidades e perspectivas**. 3. ed. Passo Fundo: EDIUPF, 2001. p. 21-55.

WANDERLEY, M. N. B. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 52, supl. 1, p. 25-44, 2014.

WOORTMANN, K. Com parente não se negueia: o campesinato como ordem moral. **Anuário Antropológico**, Brasília, v. 87, p. 11-72, 1990.

ZAHAIKEVITCH, E. V. et al. Contemporary public policies to strengthen family farming in the international perspective: a bibliometric study. **Journal of Open Innovation: Technology, Market, and Complexity**, [S. l.], v. 8, n. 8, p. 1-21, 2022. <https://doi.org/10.3390/joitmc8010008>.

Agradecimentos

Este texto para discussão foi financiado pela Gordon and Betty Moore Foundation em coparticipação com a Food and Land Use Coalition (FOLU).

Os autores agradecem aos revisores internos e externos que contribuíram significativamente para o fortalecimento desta publicação: Catia Grisa, Joana Oliveira, Karoline Silva, Lara Schmitt Caccia, Marcela Araújo de Amorim, Rafael Feltran-Barbieri, Raul Zoche e Thais Mascarenhas. Bem como à equipe de Pesquisa, Dados e Impacto (RDI) do WRI Brasil pelo apoio ao longo do desenvolvimento deste trabalho.

Contribuição dos autores: Virgínia Antonioli e Julio Alves conceberam e desenharam as análises. Bárbara Frizo, Acácio Zuniga Leite, Juliana Miranda e Patricia Silva realizaram a coleta de dados e conduziram as análises. Bárbara Frizo, Acácio Zuniga Leite e Fernanda Severo redigiram o manuscrito. Emily Dionizio e Julio Alves realizaram revisões do manuscrito. Virgínia Antonioli, Julio Alves e Emily Dionizio supervisionaram o estudo e contribuíram com orientação estratégica.

Sobre os Autores

Bárbara Frizo é Analista Sênior de Sistemas Alimentares Sustentáveis no Programa de Florestas e Uso da Terra do WRI Brasil. Contato: barbara.frizo@wri.org

Acácio Zuniga Leite é Pesquisador Associado da Universidade de Brasília. Contato: acacio_briozo@yahoo.com.br

Emily Dionizio é Especialista em GHG Protocol no Programa de Florestas e Uso da Terra do WRI Brasil. Contato: emily.dionizio@wri.org

Fernanda Severo é Estagiária de Sistemas Alimentares no Programa de Florestas e Uso da Terra do WRI Brasil. Contato: fernanda.severo@wri.org

Juliana Miranda é Pesquisadora Associado da Universidade de Brasília. Contato: jugomeslis@gmail.com

Julio Alves é Coordenador de Projetos de Sistemas Alimentares Sustentáveis no Programa de Florestas e Uso da Terra do WRI Brasil. Contato: julio.alves@wri.org

Patricia Silva é Pesquisadora Associado da Universidade de Brasília. Contato: patricia.fundiario@gmail.com

Virginia Antonioli é Gerente Sênior de Sistemas Alimentares Sustentáveis no Programa de Florestas e Uso da Terra do WRI Brasil. Contato: virginia.antonioli@wri.org

Sobre o WRI Brasil

O WRI Brasil trabalha para melhorar a vida das pessoas, proteger e restaurar a natureza e estabilizar o clima. Como uma organização de pesquisa independente, utilizamos nossos dados, expertise e alcance global para influenciar políticas públicas e catalisar mudanças em sistemas como alimentos, uso da terra e água; energia; e cidades.

O WRI Brasil faz parte do World Resources Institute (WRI). Fundado em 1982, o WRI conta com mais de 2.000 colaboradores que trabalham em mais de uma dúzia de países-chave e com parceiros em mais de 50 nações.

Sobre a FOLU Brasil

A FOLU – Food and Land Use é uma coalizão global fundada em 2017 para impulsionar a transformação dos sistemas alimentares, com plataformas em sete países. No Brasil, a FOLU Brasil reúne parceiros da sociedade civil, governo, academia, mídia e setor privado, promovendo diálogo e colaboração multissetorial. Como articuladora e facilitadora, cria condições para a inovação, implementação e ampliação de práticas agroecológicas e regenerativas e para o fortalecimento da agricultura familiar.



Copyrights 2026 World Resources Institute. Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional. Para ver uma cópia da licença, visite <http://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>